

A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DA NOVA PROPOSTA PEDAGÓGICA DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Taila Pollyana Müller¹

Daniel Skrsypcsak²

RESUMO: O artigo tem por objetivo acompanhar o processo de elaboração da proposta pedagógica do município de Itapiranga, SC com a participação dos profissionais da educação. O estudo torna-se relevante pois acompanha o avanço da educação e a construção do documento norteador e que irá basear os processos pedagógicos. A metodologia utilizada é pesquisa teórica- empírica, na qual busca-se descrever aspectos importantes desta construção e abordá-los de forma qualitativa. Além disso, foram realizadas pesquisas bibliográficas e documentais. Por fim, compreende-se que o processo de construção da proposta é importante, pois é o futuro da educação municipal, baseando-se na BNCC, que é um documento que trás novidades e avanços para a melhora da educação nacional. A construção democrática em formações continuadas dos profissionais torna a proposta pedagógica plural e cheia de significados.

PALAVRAS-CHAVE: proposta pedagógica; BNCC; formação de professores; currículo.

ABSTRACT: The article aims to follow the process of elaboration of the pedagogical proposal of the municipality of Itapiranga, SC with the participation of education professionals. The study becomes relevant because it follows the advancement of education and the construction of the guiding document and which will base the pedagogical processes. The methodology used is theoretical-empirical research, which seeks to describe important aspects of this construction and approach them qualitatively. In addition, bibliographic and documentary searches were performed. Finally, it is understood that the process of construction of the proposal is important, as it is the future of municipal education, based on the BNCC, which is a document that brings news and advances for the improvement of national education. The democratic construction in continuing education of professionals makes the pedagogical proposal plural and full of meanings.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como tema norteador a elaboração da Proposta Pedagógica do município de Itapiranga de acordo com a BNCC. Busca dialogar com os profissionais da educação, a fim de construir aspectos importantes sobre a participação dos mesmos em todo o processo.

¹ Acadêmica do curso de Pedagogia do Centro Universitário Fai – email: tailapollyanamüller@gmail.com

² Professor do curso de Pedagogia do Centro Universitário Fai – email: danielskrsypcsak@uceff.edu.br

Dessa forma, tem-se como objetivo geral identificar as vozes, os consensos e assimetrias nas discussões para a reorganização curricular da proposta pedagógica da rede de ensino do município de Itapiranga a partir da BNCC, considerando sempre a opinião dos profissionais e os conceitos presentes na própria BNCC.

Como objetivos específicos, busca-se acompanhar a sistemática de formação continuada para a apropriação da BNCC e a elaboração da proposta pedagógica, entender a importância da construção coletiva de uma nova Proposta Pedagógica, com o envolvimento de professores, gestores, coordenadores e a equipe pedagógica, descrever o percurso na BNCC desde o início das discussões até a sua aprovação e posterior discussão na rede e explicar como os principais conceitos na Base Nacional Comum Curricular foram incorporados na proposta pedagógica.

A escolha do tema justifica-se pela grande movimentação que a Base Nacional Comum Curricular vem fazendo nos últimos anos. Não seja por menos, ela vem com grandes novidades e inovações, vista por uns como positivas e para outros nem tanto. Estudar apenas a base, por si só já é de fundamental importância, pensando nela como uma forma de mostrar o caminho da educação. A BNCC deve ser estudada e apropriada nas escolas, com o intuito de informar os professores, gestores e equipe pedagógica sobre o que ela propõe, já que ela para muitos ainda é desconhecida.

Este projeto torna-se ainda mais importante com a formulação da nova Proposta Pedagógica do município de Itapiranga-SC. Processo este que iniciou neste ano de 2019 e entrará em vigor em 2020, prazo máximo estipulado pelo MEC. Procura-se aqui dialogar, observar, interpretar e participar de todos os trâmites para a construção desta proposta, tendo um olhar minucioso sobre a mesma, como também a interlocução entre todos os envolvidos, sendo estes professores, gestores, assessoria pedagógica e secretário da educação. Propõe-se nesse projeto uma análise dos envolvidos, para compreender o ponto de vista dos mesmos e o que esperam com a nova base.

O artigo está organizado em sessões, a primeira destaca o percurso histórico da BNCC. A segunda fala sobre a estrutura do documento, bem como descreve a organização da Educação Infantil e do Ensino Fundamental. A terceira sessão constrói uma noção de currículo, e por fim, a quarta sessão descreve a importância das formações continuadas.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 PERCURSO HISTÓRICO DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

A Base Nacional Comum Curricular vem tendo grande evidência nos últimos anos, devido às discussões para a sua elaboração. Inicialmente entende-se que é necessário citar o Art. 210 da Constituição Federal de 1988, que diz que “serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.” (BRASIL, 2017, p. 61)

Ou seja, já em 1988 era apontado a necessidade de uma Base Curricular Comum á todos, o que provocaria a igualdade nos saberes mediados nas escolas de todo o país. Pensando nisso, passou a elaborar um currículo comum a todos os estudantes da Educação Básica do Brasil.

A LDB, Lei de Diretrizes e Bases da Educação; nº 9394/96 também salientou em um de seus artigos a importância de um currículo comum á todos:

Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (LDB 9394/96).

O Plano Nacional da Educação (PNE, 2014) na sua meta número sete busca melhorar a qualidade de ensino, tendo o intuito de atingir médias mínimas para cada etapa de ensino. Para isso, o PNE destaca a relevância de um currículo comum a todos, respeitando a diversidade histórica e de culturas (PNE - Lei nº 13.005, 2014).

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN, 2013, p.8) buscam:

[...] estabelecer bases comuns nacionais para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, bem como para as modalidades com que podem se apresentar, a partir das quais os sistemas federal, estaduais, distrital e municipais, por suas competências próprias e complementares, formularão as suas orientações assegurando a integração curricular das três etapas sequentes desse nível da escolarização, essencialmente para compor um todo orgânico.

Compreende-se que a BNCC já vem sendo solicitada há alguns anos, vendo-se a necessidade da mesma. Documentos importantes que embasam a educação nacional buscam por um currículo comum a todos, no qual os componentes curriculares, objetivos de aprendizagens e metas da educação são as mesmas para todos os estudantes da escola pública, buscando-se assim, as mesmas oportunidades para todos.

A Base Nacional Comum Curricular teve início em 2015, quando a Proposta Curricular foi apresentada pelo Ministério da Educação. De acordo com o próprio MEC 2015, (*apud* ROCHA E PEREIRA, 2016), a BNCC apresenta os conhecimentos fundamentais aos quais os brasileiros precisam ter acesso.

A primeira BNCC foi entregue entre outubro de 2015 e março de 2016, recebendo mais de 12 milhões de contribuições para sua melhoria. A segunda versão foi publicada em maio de 2016, passando por debates e seminários realizados pelas Secretarias Estaduais de Educação. Esses seminários aconteceram entre junho e agosto e contaram com a participação de mais de 9 mil professores, gestores, entidade de educação, especialistas e leitores críticos. (BNCC, 2018)

Assim, depois de algumas discussões:

No dia 6 de abril de 2017, a proposta da BNCC, Base Nacional Comum Curricular, foi entregue pelo Ministério da Educação ao Conselho Nacional de Educação. De acordo com a Lei 9131/95 coube ao CNE, como órgão normativo do sistema nacional de educação, fazer a apreciação da proposta da BNCC para a produção de um parecer e de um projeto de resolução que, ao ser homologado pelo Ministro da Educação, se transformou em norma nacional. (MEC, 2018).

O CNE (Conselho Nacional da Educação) realizou audiências públicas, das quais resultaram 235 documentos protocolados e 283 manifestações orais com contribuições para a BNCC. No dia 15 de dezembro foi para votação sendo aprovado com vinte votos a favor e três contrários. Sendo então homologado no dia 20 de dezembro. Sendo assim, no dia 22 de dezembro de 2017, publicou-se a Resolução CNE/CP n° 2 que instrui a implantação da Base Nacional Comum Curricular. (MEC, 2018)

A BNCC teve longos debates e planejamentos. Proporcionou a oportunidade de voz para profissionais da educação através do ‘Dia D’, momento em que parava-se por um dia para planejar a base nacional. Sendo assim, ela foi construída e readequada muitas vezes, chegando a sua versão final, ainda muito polemizada atualmente. Visto que o prazo máximo para ela ser colocada em prática é no início de 2020.

2.2 ESTRUTURA DA BNCC

De acordo com o MEC (2019, p. 7) “a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica”. Segundo a BNCC (2018), visto que o Brasil é um país com desigualdade social relevante, é necessário que se busque por uma igualdade na obtenção de conhecimentos, tendo um currículo comum á todos, sendo essa a função da base nacional.

O MEC (2019) explica que uma das grandes razões do baixo desempenho dos alunos em provas e testes de nível nacional é devido a ausência de indicações dos conteúdos essenciais a serem estudados por todo os alunos da educação básica. Torna-se assim, extremamente relevante ter uma base nacional para mediar a educação básica. Com isso, todos os discentes terão os mesmos conteúdos como base e passarão a estudar o que se considera essencial. A intenção é gradativamente melhorar os índices da educação e todo o processo.

Cury (2018, p. 61) concorda ao salientar a importância de uma BNCC para a superação das desigualdades sociais, assim ele destaca que:

A BNCC seria o instrumento para qualificar a educação através de uma modalidade de uma identidade de conhecimentos que seja proporcionada a todos os estudantes da Educação Básica brasileira. Ela serviria para superar as desigualdades evidentes em nosso sistema educacional. Ela se envolve em uma visão de escolarização que, para termos uma educação de qualidade seria necessário proporcionar conteúdos idênticos para possibilitar uma igualdade de oportunidades entre os educandos.

Assim, a BNCC possibilita a todos os estudantes os mesmos conteúdos e as mesmas propostas de aprendizagem. Ele promove aos educandos o desenvolvimento de competências semelhantes, assim, os teriam as mesmas oportunidades. É importante salientar, que cada região e estabelecimento dão aos seus currículos identidade própria.

A BNCC propôs dez competências gerais³, pode-se realizar um pequeno resumo das mesmas. As dez competências propõe o desenvolvimento integral, como já citado. Elas projetam um desenvolvimento histórico-crítico, da curiosidade, do senso estético, a utilização das linguagens, o uso das tecnologias, a aceitação e conhecimento de

³ 1- conhecimento; 2- pensamento científico, crítico e criativo; 3- senso estético; 4- comunicação; 5- argumentação; 6- cultura digital; 7- autogestão; 8- autoconhecimento e autocuidado; 9- empatia e cooperação; 10- autonomia.

diferentes culturas, argumentação, cuidar-se, conhecer-se, agir com empatia e coletivamente com autonomia. (BNCC, 2018)

Pensando nas competências propostas, percebe-se que o desenvolvimento integral está presente efetivamente. A BNCC busca o desenvolvimento da criança nas diferentes áreas, intelectual, espiritual e social. Procura não só repassar conteúdos, mas promover a criança um desenvolvimento que possibilite o uso desses conhecimentos em diferentes ocasiões, cuidando de si e pensando no coletivo. Sendo assim, uma grande aliada na busca por uma educação com mais qualidade.

2.2.1 Educação Infantil

A Base Nacional Comum Curricular foi organizada da seguinte forma para esta etapa, caracterizando a Educação Infantil pelas crianças de 0 a 5 anos e 11 meses de idade.

É nesta etapa que as crianças estão ansiosas para ter novas experiências e construir aprendizagens. Assim é importante que os professores possibilitem atividades que saciem essa vontade de aprender, considerando fatores importantes nesse processo, como o desenvolvimento psicológico, físico, cultural e social (CURY, 2018). Certifica-se assim a importância da Educação Infantil para a criança.

Sendo assim, a Base Nacional Comum Curricular, elencou seis direitos de aprendizagem e de desenvolvimento. Esses direitos procuram oportunizar as crianças diferentes experiências, muito importantes para seu desenvolvimento.

Construir “significados sobre si” compreende o **mundo subjetivo**; construir significados sobre “os outros e o mundo social” abrange o **mundo social**; e construir significados sobre “o mundo natural” refere-se ao **mundo objetivo**. [...] o processo de aprendizagem não pode ser feito de forma parcial ou unilateral, mas ao envolver os três mundos, impõe-se a necessidade de uma **educação integral** (BANNWART JUNIOR, et al, 2018, p. 57).

Os direitos de aprendizagem são: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. Compreende-se que os direitos de aprendizagem e desenvolvimento para as crianças da educação são significativos. Todos eles se completam e buscam por uma criança em crescimento integral. É importante que esses objetivos sejam realmente colocados como meta para a educação e cumpridos de acordo com cada educador.

Outro conceito importante no documento da Educação Infantil se refere aos campos de experiências, sendo cinco no total. Os mesmos caracterizam-se por conhecimentos fundamentais a serem desenvolvidos pelas crianças, sendo estes, parte do cotidiano da criança. De acordo com o dicionário *online* (2019), experiência é “Conhecimento, ou aprendizado, obtido através da prática ou da vivência: experiência de vida; experiência de trabalho.” Ou seja, os campos de experiência são aprendizados adquiridos por meio de vivências do dia-a-dia das crianças.

Os campos de experiência são ‘O eu, o outro e o nós’, ‘Corpo, gestos e movimentos’, ‘Traços, sons, cores e formas’, ‘Escuta, fala, pensamento e imaginação’ e ‘Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações’.

Além dos campos de experiência, propõem-se os objetivos de aprendizagem, sendo que cada faixa etária possui os seus objetivos de aprendizagem em cada campo de experiência. As crianças são separadas por faixa etária da seguinte forma: crianças de zero a um ano de idade denominam-se bebês, as crianças bem pequenas são as que possuem de um ano e sete meses a três anos e onze meses e as crianças pequenas possuem entre quatro anos a cinco anos e onze meses (BNCC, 2018).

Percebe-se assim a preocupação da BNCC em não pular etapas e fases do desenvolvimento das crianças. Buscam promover experiências com objetivos claros, que procuram garantir às crianças habilidades e competências importantes para o seu desenvolvimento intelectual, social, espiritual, moral e corporal. Todos os campos propostos se complementam e buscam um objetivo comum, o desenvolvimento integral da criança, reforçando a importância da educação infantil para a vida das mesmas.

2.2.2 Ensino Fundamental

De acordo com a BNCC (2018) o Ensino Fundamental é formado por crianças do 1º ano ao 9º ano, sendo dividido em Anos Iniciais (1º ao 5º ano) e Anos Finais (6º ao 9º ano):

O Ensino Fundamental é a etapa seguinte a Educação Infantil, destaca-se aqui a importância de um processo de desenvolvimento da Educação Infantil realizada com sucesso. Crianças com uma boa base na Educação Infantil tentem a ser crianças mais competidas nos Anos Iniciais. É necessário que se tenha muito cuidado nessa transição, visto que pode ser um pouco complicada para alguns alunos. Como o

ambiente muda radicalmente e passa a ser mais formal, alguns alunos não conseguem adaptar-se e passam a ter grandes dificuldades.

De acordo com a BNCC (2018) o Ensino Fundamental precisa dar uma sequência da Educação Infantil, das experiências já vivenciadas, evoluindo e tornando-as cada vez mais complexas. Além disso, nesse momento as crianças passam por muitas mudanças, estando preparados para novas aprendizagens e experiências. Assim, é importante que aja uma sequência nas aprendizagens, para que as etapas de ensino não estejam separadas e desconectadas.

Compreende-se que, a BNCC (2018) também destaca a importância de tornar os alunos autônomos. Sendo assim, os alunos buscam por seus conhecimentos, sendo ativos no processo de aprendizagem. Esse pensamento já era compartilhado por Freire que mostra a importância da autonomia do aluno no âmbito da pesquisa, na pesquisa por seus conhecimentos. “Pesquise para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade” (1996, p. 29).

Além disso, o Ensino Fundamental é a maior etapa a qual o aluno passa. É um momento de grandes desafios, mudanças e descobertas. Pensando nisso, a BNCC (2018) também destacou alguns pontos e estratégias importantes para um Ensino Fundamental de sucesso. Primeiramente divide-se o Ensino Fundamental em cinco áreas de conhecimento, lembrando que inicia nos Anos Iniciais, perpassando até os Anos Finais do Ensino Fundamental. As áreas de conhecimento possuem componentes curriculares. A seguir, serão listadas as áreas de conhecimentos com seus respectivos componentes curriculares (BNCC, 2018)

- Línguas: língua portuguesa, arte, educação física e língua inglesa;
- Matemática: matemática;
- Ciências da Natureza: ciências;
- Ciências humanas: geografia e história;
- Ensino religioso: ensino religioso.

Para cada área de conhecimento e cada componente curricular existem as competências específicas. Dentro disso, estão as unidades temáticas, as mesmas definem objetos de conhecimentos que se adequem a cada componente curricular. Os objetos de conhecimentos são os conteúdos e conceitos a serem estudados, que determinam habilidades que os alunos irão apropriar-se, expressando as aprendizagens indispensáveis que devem ser ofertadas aos alunos (BNCC, 2018).

Percebe-se o cuidado da BNCC com o Ensino Fundamental, procurando estruturar meios para que os alunos possam se apropriar de conhecimentos importantes para o seu desenvolvimento e para ajudar nos problemas cotidianos. Buscando aqui também o desenvolvimento integral das crianças.

Apesar do Ensino Fundamental, nos seus primeiros anos, ter como foco a alfabetização e os anos finais nas ampliações das práticas e experiências e consolidação de aprendizagens anteriores, é muito importante que ocorra uma sequência lógica entre os anos iniciais e finais. Assim, de acordo com a BNCC (2018, p. 59):

[...] na elaboração dos currículos e das propostas pedagógicas devem ainda ser consideradas medidas para assegurar aos alunos um percurso contínuo de aprendizagens entre as duas fases do Ensino Fundamental, de modo a promover uma maior integração entre elas. Afinal, essa transição se caracteriza por mudanças pedagógicas na estrutura educacional, decorrentes principalmente da diferenciação dos componentes curriculares.

Salienta-se mais uma vez a importância da continuidade, da ligação entre todos os níveis de ensino. A cada passar de ano as aprendizagens são aprimoradas e tornam-se mais complexas. Para tanto é importante uma base comum, organizada como a BNCC, que busque uma sequência de conteúdos e competências, auxiliando na efetiva aprendizagem dos alunos.

Ressalta-se aqui a não discussão do Ensino Médio conforme a BNCC. Primeiramente o documento ainda não está totalmente concluído, estando ainda em discussão. Em segundo lugar, o objetivo da pesquisa é acompanhar a formulação da Proposta Pedagógica do município de Itapiranga, que corresponde apenas pela educação infantil e ensino fundamental. Ou seja, dentro da problemática da nossa pesquisa não torna-se relevante essa discussão.

2.3 CURRÍCULO

Sabe-se que o currículo é extremamente importante para o processo de ensino aprendizagem, apesar de muitos pensarem que o mesmo está muito distante da realidade que se vive. Primeiramente é necessário que se entenda a definição de currículo, que de acordo com Sacristán (1998, p. 125) é:

O termo currículo provém da palavra latina *currere*, que se refere à carreira, a um percurso que deve ser realizado e, por derivação, a sua representação ou apresentação. A escolaridade é um percurso para os alunos/as, e o currículo é seu recheio, seu conteúdo, o guia de seu progresso pela escolaridade.

Entende-se por currículo um percurso a ser seguido e realizado durante a formação. O mesmo contempla, por exemplo, os conteúdos considerados essenciais para o processo de ensino e aprendizagem, cada um em seu nível de ensino.

Se recorrer a etimologia, o termo currículo vem da palavra em latim curriculum, que significa pista de corrida (SILVA, 2014). Ou seja, o currículo é a pista de corrida a qual os alunos passam durante o seu processo de formação. Sendo este cheio de obstáculos e dificuldades.

Oliveira (2007) salienta a importância de compreender e entender o currículo na sua essência. A autora destaca que é preciso compreender o mesmo como práticas que envolvem todos os saberes dos discentes e docentes. É necessário que se deixe de pensar no currículo apenas como uma lista extensa de conteúdos. Bem como, entenda-se que existe também um currículo cotidiano que permeia toda a vida social.

Sendo assim, os envolvidos no processo escolar precisam passar a ver o currículo como um alicerce, que auxilia no processo de ensino aprendizagem. Mostrando caminhos para que o mesmo ocorra com sucesso e contribua com todos os envolvidos.

Compreendendo que é necessário envolver o currículo com o cotidiano, sendo este construído nos contextos fora e dentro da escola, tendo significado da vida dos alunos, assim Pereira (2011, p. 53) salienta que:

Nesse sentido, o currículo no seu processo de construção do conhecimento não resulta apenas de experiências trazidas de fora para dentro do espaço escolar. O currículo é um espaço vivo de construção de conhecimento resultante do pensamento, das experiências dos sujeitos e das suas interações de natureza histórica, social e biológica. O currículo, portanto, é o resultado da incorporação das interações da vida dos sujeitos que se manifestam dentro e fora do espaço escolar.

Azevedo (2000) complementa ao pensar o currículo como um caminho para a compreensão do mundo e das transformações, sendo assim, tudo o que se faz na escola. Considerando assim, que o currículo busca a compreensão da sociedade, de tudo que a molda. O mesmo caracteriza-se por tudo que acontece na escola e fora dela, construindo identidades.

Saviani (2000, p. 34) vai além e compreende o currículo como:

[...] controle do processo pedagógico; estabelecimento de prioridade segundo as finalidades da educação, de acordo com o público a que se destina

e com os interesses dos atores em disputa; ordenação, sequenciação e dosagem dos conteúdos de ensino.

Sendo assim, o autor destaca o currículo como um indicativo de todo processo de ensino, destacando, além dos conteúdos, o momento oportuno que cada pode ser estudado. Destaca-se também, a junção de disciplinas com conteúdos diferentes, num processo interdisciplinar.

Macedo (2004) compreende que é proposto um currículo, porém cada ambiente escolar passa a adequá-lo de acordo com suas necessidades e particularidades, sendo estes denominados de *alternativa curricular*. Este mesmo currículo cotidiano acontece em todos os lugares e espaços, na interação e convívio. Assim sendo, cada currículo, apesar de comum, desenvolve-se de maneiras diferentes em cada escola, considerando o espaço e momento em que está inserida.

Silva (2006) salienta que o currículo não pode ser considerado apenas como transmissor de conhecimento. Ele vai além, ele produz, ou seja, ele molda/transforma os alunos. Compreende-se assim, a importância de pensar e repensar o currículo, fazendo-o parte das discussões de profissionais da educação, visto que é tão importante no ensino.

Percebe-se assim que, as definições de currículo são vastas. São diferentes percepções, todos salientando sua importância no processo de ensino aprendizagem, bem como, destacam que eles não se resumem apenas nos conteúdos a serem trabalhados, mas sim a todo o processo educativo e construção de identidade. Portanto é de fundamental importância que os professores conheçam o currículo na sua essência, não apenas os seus conteúdos. Sendo estes importantes para uma educação e para o processo de ensino aprendizagem. Porém, ele também recebe algumas críticas.

De acordo com Cury (2018), devido as reformas educacionais, o currículo vem sendo visto como um difusor dos problemas da educação. Porém, ao mesmo tempo, o mesmo seria o responsável pela superação da desigualdade educacional. Portanto, o currículo passa a ser considerado, hoje, principalmente através da BNCC como uma esperança para a melhoria da educação e a diminuição das desigualdades sociais.

Percebe-se assim que não há um currículo comum ou ao menos parecido na época da sua criação. Observa-se claramente, que se busca por meio da escola e do conhecimento favorecer as pessoas com maior poder aquisitivo e deixar o restante com pouco ou nenhum conhecimento para continuarem seus trabalhos nas indústrias, passando de geração em geração. Portanto, a escola com seu currículo eram um meio utilizado para deixar a sociedade sempre igual, sem mudanças de poder.

Macedo (2004, p. 49) acredita que:

Quanto maior as possibilidades abertas pelo currículo formal para dar conta dessa multiplicidade, mais ele estará inserido no cotidiano da experiência escolar. Quanto mais fechado e definidor se pretender o currículo formal, menos associações ele terá com a dinâmica que se estabelece nas salas de aula.

Com isso, a autora busca mostrar a importância de um currículo aberto, que possa ser adaptado a cada realidade, sendo este flexível. Destaca-se assim, a importância das profissionais que estão na escola no processo de elaboração de um currículo.

2.4 FORMAÇÃO CONTINUADA

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação do Brasil (LDB), lei nº 9394/96 em seu artigo 62 destaca a importância da formação continuada. Em seu § 2º fala que as formações continuadas podem ocorrer a distância. Já no artigo 62ª, no parágrafo único compreende que:

Parágrafo único. Garantir-se-á formação continuada para os profissionais a que se refere o caput, no local de trabalho ou em instituições de educação básica e superior, incluindo cursos de educação profissional, cursos superiores de graduação plena ou tecnológicos e de pós-graduação (LDB, 1996, p. 39).

Entende-se assim que a LDB, documento importante da educação brasileira, considera essenciais as formações continuadas. Os profissionais da educação precisam estar sempre aperfeiçoando e buscando por novos conhecimentos, afim de melhorar sua prática pedagógica. Podendo estar formações acontecem em diferentes lugares.

A formação continuada dos profissionais da educação é fundamental para pensar e repensar ações pedagógicas, bem como aumentar os conhecimentos, para assim, melhorar o processo de ensino e aprendizagem dos educandos. Sendo que a formação continuada “[...] é a reflexão sobre a prática que leva ao aperfeiçoamento do trabalho e á inovação educativa” (MOREIRA, 2002, p. 42).

De acordo com Ferreira (2006) a formação continuada é realidade na educação mundial. Ela é necessária não apenas devido ao avanço da ciência e das novas tecnologias, mas também como um suporte para a formação humana. Ou seja, busca-se

através das formações continuadas, realizar um encontro do profissional da educação com o seu 'ser', enquanto pessoa, enquanto ser humano.

Sendo assim, com o avanço das tecnologias e das novas metodologias, é importante que os professores possam capacitar-se e compreender as melhores formas de utilizá-las. Afinal, o mundo e os alunos estão mudando, e o professor precisa acompanhá-los também. Pensar num sistema de formação de professores supõe, portanto, reavaliar objetivos, conteúdos, métodos, formas de organização do ensino, diante da realidade em transformação (LIBÂNEO, 2000, p. 81).

A formação continuada tem como grande objetivo propor metodologias e realizar discussões sobre a educação e suas eventuais novidades, contribuindo para a melhoria da educação (MOREIRA, 2002). Dessa forma, as formações continuadas tornam-se relevantes e grandes aliadas na busca por uma educação de qualidade.

Sendo assim, as formações continuadas são essenciais para uma educação de qualidade. É preciso que se tenha um olhar mais atento a essas formações para que efetivamente sejam aproveitadas pelos docentes e profissionais da educação. Primeiramente é necessário que se busque oferecer formações de qualidade e que possam auxiliar os docentes em sala.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Desta forma, compreende-se a importância da BNCC como um documento importante para a educação nacional. Ela busca, diminuir com a desigualdade, trazendo a igualdade no sistema educação, ao que diz respeito a conteúdos, competências e habilidades. Propõe dez competências gerais que precisam ser desenvolvidas pelos educandos durante todo o processo de Educação Básica.

A Educação Infantil veio com muitas mudanças, com uma distinção relevante entre as faixas etárias e os conteúdos para serem trabalhadas em cada uma. Isso se deve ao fato de estar explicado de forma clara cada faixa etária, destacando a importância de respeitar as fases da criança.

O ensino fundamental também recebeu mudanças quanto aos seus conteúdos. Alguns foram reorganizados e trocados de ano. Além disso, os conteúdos são uma sequência, de forma espiral, na qual iniciam do mais simples, e com o passar dos anos vai tornando-se cada vez mais complexo. Ou seja, os conteúdos voltam a cada ano, porém sempre mais aprofundados.

Compreende-se assim que, a BNCC trouxe aspectos importantes e que serão beneficiadores da educação. O conceito de educação integral do educando, ou seja, o desenvolvimento de todas as áreas deixa a processo de ensino mais completo. O educando deixa a escola como um cidadão junto, autônomo e solidário.

Assim, a construção da nova proposta pedagógica também é um grande passo na educação municipal. Com ela, serão feitas algumas mudanças, em especial no protagonismo do aluno, que se torna autor do próprio conhecimento.

Os educadores também são os protagonistas da construção da proposta, na qual através da gestão democrática participam das discussões e de formações continuadas para debate-la. As formações continuadas auxiliam os profissionais da educação, que precisam estar sempre aprendendo e evoluindo, assim como seus alunos.

Por fim, é necessário que se compreenda que a BNCC não é o currículo, este será construído com a participação dos professores, na qual estão descrevendo metodologias e caminhos para alcanças os objetivos.

Conclui-se salientando mais uma vez a grande importância da BNCC para a educação nacional, bem como a construção da nova proposta pedagógica de cada município. A participação dos profissionais da educação torna a proposta plural e diversificada, o trabalho coletivo pode melhorar a educação.

REFERÊNCIAS:

AZEVEDO, José Clóvis de. **Escola cidadã: desafios, diálogos e travessias.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil:** texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Ementas constitucionais nº 1/1992 a 95/2016, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas Ementas constitucionais de revisão nº 1 a 6/1994. 51. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2017.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em 22 de março de 2019.

BRASIL. **Plano Nacional da Educação: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20112014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em 22 de março de 2019.

- CURY, Carlos Roberto Jamil. **Base Nacional Comum Curricular: dilemas e perspectivas**. São Paulo: Cortez, 2018.
- FERREIRA, Naura Syria Carapeto. Formação continuada e gestão da educação no contexto da “cultura globalizada”. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto (org). **Formação continuada e gestão da educação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006. 17-42.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- JUNIOR, Clodomiro José Bannwart, *et al.* **A pedagogia da responsabilidade integral e a BNCC**. Londrina, PR: Thoth, 2018.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus professor, adeus professora? : novas exigências educacionais e profissão docente**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- MACEDO, Elizabeth. **Criar currículo no cotidiano**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- MEC. **Base Nacional Comum Curricular: educação é a base**. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em 19 de fevereiro de 2018.
- _____. **Perguntas frequentes: Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Disponível em: <http://movimentopelabase.org.br>. Acesso em 16 de junho de 2019.
- MOREIRA, Carlos Eduardo. **Formação continuada de professores: entre o imprevisto e a profissionalização**. Florianópolis: Editora Insular, 2002.
- SACRISTÁN, J. Gimeno. **Compreender e transformar o ensino**. Trad. Ernani F. da Fonseca Rosa. 4. ed. Artmed, 1998.
- SAVIANI, Nereide. **Saber escolar, currículo e didática: problemas da unidade conteúdo**. 3. ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2000.
- SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.
- _____. **O currículo como fetiche: a poética e a política do texto curricular**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- OLIVEIRA, Inês Barbosa. As Artes do Currículo. In: _____. **Alternativas emancipatórias do currículo**. São Paulo: Cortez, 2007. p. 9-25.
- PEREIRA, Maria Zuleide da Costa. Currículo e Autopoiése: a produção do conhecimento. In: PEREIRA, Maria Zuleide da Costa. **Currículo e contemporaneidade: questões emergentes**. 2. ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2011